



Participação comunitária no *Jornal do Paraíso*: desafios e perspectivas¹

Juciano de Sousa LACERDA²

Priscila NOERNBERG³

Associação Educacional Luterana Bom Jesus/IELUSC, Joinville, SC.

Resumo

O artigo propõe uma reflexão sobre a participação da comunidade, conselho editorial e demais envolvidos no processo de produção do *Jornal do Paraíso*. O periódico é um Projeto de Extensão nascido no bairro Jardim Paraíso, em Joinville, e desenvolvido pelo Núcleo de Estudos em Comunicação (Necom), veiculado a Associação Educacional Luterana Bom Jesus/Ielusc. As reflexões permeiam os nove meses de trabalho e as sete primeiras edições. Porém, não explora apenas as esferas, os níveis e características das participações, mas como elas podem (ou não) caracterizar o jornal como sendo um veículo com caráter comunitário.

Palavras-chave: Jornal do Paraíso, participação, jornalismo comunitário, comunidade.

Introdução

Com o propósito de responder ao que seria uma vida comunitária, Raquel Paiva, num primeiro momento, afirma que a resposta faz analogia a uma justificativa,

aquela centrada na perspectiva de que, a partir da vida comunitária, tem-se a possibilidade da experimentação dos laços e vínculos entre seres humanos, entre seres humanos e território, entre seres humanos e sua história, entre seres humanos e a natureza, entre seres humanos e o cosmo (PAIVA, 2007, p.136).

A comunicação comunitária, sugere Paiva, seria a forma mais evidente em que se manifesta toda esta conexão. No contexto brasileiro, cuja herança oligárquica se mostra na questão fundiária, na falta de transparência dos negócios privados que envolvem áreas como saúde, educação e mídia, muitas vezes, com anuência do estado e

¹ Trabalho apresentado no GT – Mediações e Interfaces Comunicacionais, do Inovcom, evento componente do IX Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sul.

² Jornalista, Doutor em Ciências da Comunicação (UNISINOS), pesquisador do Núcleo de Estudos da Comunicação (Necom), do Curso de Comunicação Social do IELUSC, Coord. do Projeto de Extensão em Jornalismo Comunitário *Jornal do Paraíso*, email: juciano@ielusc.br.

³ Estudante de Graduação 7º. semestre do Curso Jornalismo do IELUSC, bolsista do Projeto de Extensão *Jornal do Paraíso*, realizado pelo Núcleo de Estudos da Comunicação (Necom-IELUSC), email: pri.noernberg@hotmail.com



favores políticos,⁴ pensar e discutir a comunicação comunitária é *um chamamento político* (PAIVA, 2007, p. 136).

Oito pilares que consolidam ou justificam a presença da comunicação comunitária no campo comunicacional foram identificados por Paiva (2007, p. 139-147). O primeiro aspecto afirma-a como “uma força contra-hegemônica no campo comunicacional”, num contexto de tamanha assimetria em que os veículos de comunicação comunitária encontram dificuldades de constituir uma nova ordem de comunicação. Seguindo sua proposição, a comunicação comunitária *atua na direção de uma estrutura polifônica, produz novas formas de linguagem, capacita-se para interferir no sistema produtivo, gera uma estrutura mais integrada entre consumidores e produtores de mensagens, tem foco primeiro na educação, pode engendrar novas pesquisas* e, por fim, algo que também defendemos,⁵ ela é vista como *um lugar propiciador de novas formas de reflexão sobre a Comunicação*. No presente artigo, nosso objetivo é pensar o *jornalismo comunitário impresso*, a partir da experiência empírica de produção do *Jornal do Paraíso*, situado nas problemáticas da comunicação comunitária que constituem o campo comunicacional.

1. Jornalismo Comunitário: à procura de conexões

Nosso ponto de partida são algumas tentativas de caracterizar o jornalismo comunitário a partir de propostas de reflexão que tomaram como base de análise experiências concretas de produção jornalística. Para Amarildo Carnicel, um jornal comunitário é um “um veículo cujo objetivo principal é dar voz aos membros da comunidade e estabelecer um fórum de diálogo, de exposição de idéias, de divergências e de reivindicações” (CARNICEL, 2005, p. 50).⁶ Algo muito próximo da *vida comunitária* proposta por Paiva (2007). Carnicel acrescenta que o jornal comunitário é

⁴ “Entre as 2.205 rádios pesquisadas, foi possível identificar vínculos políticos em 1.106 – ou 50,2% delas”. Venício A. de Lima e Cristiano Aguiar Lopes (26/6/2007). *Rádios Comunitárias: o coronelismo eletrônico de novo tipo (1999-2004)*. **Observatório da Imprensa**, disponível em <<http://observatorio.ultimosegundo.ig.com.br/artigos.asp?cod=439IPB001>>, acesso em 28 de mar. 2007.

⁵ Em artigo apresentado no Fórum de Professores de Jornalismo do Paraná e Santa Catarina (2007), propomos que o *fazer* da experiência do *Jornal do Paraíso* nos provocou um *pensar* sobre o Jornalismo. Tanto da parte dos pesquisadores como pela atuação dos membros do conselho editorial do jornal que participam também do Conselho Comunitário do bairro Jardim Paraíso, em Joinville (LACERDA & NOERNBERG, 2007b).

⁶ Carnicel relata experiências de oficinas de jornalismo aplicado em parceria com o projeto “Memória, qualidade de vida e cidadania: os bairros populares de Campinas”, desenvolvido por pesquisadores do Centro de Memória-Unicamp. Essas experiências foram realizadas na Casa Paroquial da Igreja de São Benedito, na Vila Costa e Silva (2001), na Associação Direito de Ser, no Complexo São Marcos (2002) e no Projeto Gente Nova (Progen) e na Vila Castelo Branco (2003 e 2004).



um modo de promover cidadania e, para que isso aconteça, é necessário fazer com que a comunidade seja um dos atores na construção e na elaboração e não um simples receptor do veículo já produzido.

Além do resgate da cidadania, o jornal, através da participação, recupera a autoestima de quem contribui no processo. Numa experiência na periferia de Campinas (São Paulo), na Vila Castelo Branco, não com um jornal, mas com fanzine, Carnicel enfatiza a satisfação de quem, depois da colaboração pôde ver seu trabalho reconhecido pela comunidade. “Os inibidos, marcados por um constante processo de subestimação, ficaram orgulhosos quando viram suas produções impressas nas páginas do jornal e sentiram-se valorizados junto à comunidade” (CARNICEL, 2005, p. 56).

Márcia Vidal Nunes trabalha com a hipótese de que um veículo, para ter caráter comunitário, precisa buscar conteúdos no cotidiano local da comunidade, um conteúdo comum a vida daqueles sujeitos onde o meio de comunicação está inserido: “É essa cultura do cotidiano que aproxima e identifica os indivíduos em uma comunidade” (NUNES, 2007, p. 98).

Pedro Gilberto Gomes retoma o conceito de jornalismo comunitário proposto por José Marques de Melo no final da década de 1970.⁷ Marques de Melo propõe a designação àquela imprensa que se configura *autêntica* de uma comunidade, ou seja, elaborada “pela e para a comunidade” (GOMES, 1990, p. 60). Essa necessidade pela comunicação, segundo Marques de Melo, provém de uma falta de acesso a grande mídia, meio que dificilmente se propõe a veicular os interesses de movimentos populares organizados. Sem crédito nesta área, a alternativa é buscar outras formas de comunicação próprias do ambiente onde atuam.

Em Joinville, Santa Catarina, o sentimento de falta de acesso à mídia hegemônica e de contestação da forma como são representados os fatos locais mobilizaram as lideranças do bairro Jardim Paraíso, local reiteradamente marcado pelos veículos locais com o estigma de ser o mais violento da cidade. As organizações sociais do bairro uniram-se para apresentar um novo modo de comunicação naquela região. Reconhecendo que não dominavam as técnicas de produção e edição características da forma jornalística – *a falta de competência técnica*, enfatizada por Peruzzo (PERUZZO, 1998, p.150) –, representantes desses movimentos procuraram, em 2006, apoio no Curso de Comunicação Social do Bom Jesus/Ielusc, que aderiu a causa como forma de

⁷ Os artigos citados por Gomes (1990) são: MARQUES DE MELO, José. Imprensa comunitária no Brasil. **Comunicação & Sociedade**, Cortez e Moraes, 2, dez. 1979; MARQUES DE MELO, José. Imprensa comunitária no Brasil. **Comunicação & Libertação**. Petrópolis, Vozes, 1981, p. 52-67.



projeto de extensão. Porém, não é a bolsista disponibilizada pela instituição quem produz a totalidade do material, o objetivo é chegar cada vez mais a uma produção realizada pelos próprios moradores do bairro.⁸ Em julho de 2007, a primeira edição do *Jornal do Paraíso* foi publicada no bairro.⁹

Contudo, compartilhamos nesse processo que já contabiliza nove meses e sete edições a mesma questão proposta por Raquel Paiva:

O que ainda não temos quantificado é o resultado dessa atuação e se efetivamente ela tem conseguido gerar novas ordens de pertencimento. Imagina-se que, dentro de alguns anos, esses resultados irão emergir, alterando de maneira significativa à conformação das populações. É o que se deseja e no que se acredita (PAIVA, 2007, p. 137).

Isso é o que nos leva, nesse texto, a refletir sobre a problemática da *práxis*, da concepção e realização, da *participação* da comunidade na produção do *Jornal do Paraíso*.

A gestão do veículo é desempenhada por um representante de cada organização do bairro, sendo que quase todos eles participam do *Conselho Comunitário* do Jardim Paraíso. Esse grupo que participou do nascimento do projeto também constitui o conselho editorial. São 11 pessoas que representam o conselho de segurança local; as associações de moradores; Igrejas de várias denominações; educação; meio ambiente; serviços públicos; comunicação; educação infantil; comércio e indústria; saúde. Somados ao grupo, há um representante do Bom Jesus/Ielusc, instituição parceira no projeto de extensão. O que nos propomos como desafio é pensar o conceito de jornalismo comunitário a partir da identificação das esferas de participação no processo de produção do *Jornal do Paraíso*, visto que, de primeira impressão, a produção dos textos ainda está restrita ao universo das organizações que representam o bairro no conselho editorial.

2. A participação no Jornalismo Comunitário

⁸ Cabe a bolsista produzir a reportagem de capa (duas páginas centrais), edição dos textos enviados pela comunidade e a diagramação, além dos processos de avaliação, de capacitação e outras formas de ação na comunidade. O processo é orientado pelo professor responsável pelo projeto de extensão.

⁹ Do ponto de vista metodológico, há reuniões mensais para discussão de pautas para o mês seguinte e avaliação da edição anterior, em que participamos (professor-orientador e bolsista de jornalismo) em atitude de escuta, com poucas intervenções. Os representantes trazem as pautas de suas áreas de atuação e decidem o tema principal. Há um prazo para entrega dos textos produzidos, que são revisados por nós e sofrem um processo mínimo de edição. Esse resultado é apresentado numa reunião de fechamento da edição, com uma pré-diagramação dos textos acompanhada dos textos originais enviados, para que os membros do conselho comparem e identifiquem as mudanças, aprovando-as ou pedindo adaptações. (LACERDA-NOERNBERG, 2007a, p. 6).



Uma das razões para a criação de um veículo de comunicação comunitária é a necessidade de produzir discursos sobre o local sem intermediários, sem filtros (PAIVA, 2003 p. 139). O processo que levou os representantes do Conselho Comunitário do Jardim Paraíso a elaborar um projeto de jornal comunitário é da identificação de que as mensagens produzidas pelo jornalismo de mercado já não dão conta de ser uma representação da realidade local. “A comunidade admite o distanciamento entre sua realidade cotidiana e a estrutura de produção de informação dos meios de comunicação existentes” (PAIVA, 2003, p. 139). A forma da notícia tradicional: do lead, da pirâmide invertida, do valor-notícia focado nos problemas e nas crises do bairro, como elemento que foge ao ordinário e merece destaque, não correspondem à produção de sentido elaborada pelos próprios moradores sobre o lugar onde vivem e os problemas que enfrentam e as soluções que tentam compartilhar. “O que permite conceituar um veículo como comunitário não é sua capacidade de prestação de serviço, e sim sua proposta social, seu objetivo claro de mobilização vinculado ao exercício de cidadania” (PAIVA, 2003, p. 140). Portanto, não cabe no jornalismo comunitário a lógica do jornalismo de inspiração norte-americana da “notícia-espetáculo”, inspirada hoje no paradigma televisivo da audiência (PAIVA, 2003).

Em termos da participação na produção do discurso do jornal que busca evitar os intermediários e filtros, nossa preocupação gira em torno da participação do bolsista de jornalismo na produção da reportagem central, na edição dos textos, como também de membros do conselho que representam organizações atuantes no bairro, mas que não residem no próprio bairro. No que diz respeito à participação da estudante de jornalismo, bolsista do projeto, é possível tratar um jornal impresso comunitário numa articulação entre a comunidade produtora de informação e a figura do *comunicador social*, envolvido e consciente do seu papel na comunidade em que o jornal é produzido. A proposição de Raquel Paiva é longa, mas elucidativa nesse aspecto sobre o *comunicador social*.

Apesar do entendimento quase generalizado de que um veículo de comunicação comunitária deva ser elaborado pelos membros da própria comunidade, é possível considerar que, com as novas luzes sobre a viabilidade da estrutura comunitária na atualidade, descortina-se a função do comunicador social, como o profissional que pode estar habilitado a trabalhar com esse novo desenho social. Muito mais que um publicitário, jornalista ou radialista, esse profissional deve ser alertado para o seu papel de agente social, aquele que primeiramente é



capaz de promover e potencializar a articulação comunitária, seja via instituições (desde prefeituras, órgãos municipais e organismos não-governamentais) ou por meio da evocação duma comunidade determinada (PAIVA, 2003, p. 143).

Embora, o *comunicador social* seja visto como um *agente externo* seu papel é o de “provocar a participação”, mas com o cuidado de, em suas atividades na comunidade, no processo de produção do jornal ou em atividades correlatas, estar alertado para os riscos de atitude paternalista, burocratismo nas ações ou autoritarismo técnico e político, uma vez que domina o conhecimento da produção jornalística (PAIVA, 2003, p. 143). Assim, a proposta de jornalismo comunitário aventa a recuperação do conceito de comunicador social para o jornalista como agente social.

Entre os riscos da realização de um projeto de comunicação comunitária está a *instrumentalização*. Esse conceito tem uma base comum, de direcionamento do propósito para determinados interesses ou grupo de interesse, mas que dá jogo para vários matizes. Destacamos dois deles. Círcia Peruzzo (1998, p. 152) aponta que mesmo quando se tem um viés de lutar pela cidadania e pela transformação da sociedade, corre-se o risco de instrumentalizar todas as diferentes formas de mensagem para esse único fim, ou seja, até mesmo na parte lúdica: cruzadas, humor, resenhas culturais, as mensagens serem *instrumentalizadas* para o objetivo político ou transformador. Márcia Vidal Nunes (2006) define a *instrumentalização* como o direcionamento dos fins de um veículo, que seriam comunitários, para fins de interesse político de um determinado candidato, em que a participação da comunidade é dirigida pelos interesses dos “proprietários” da concessão comunitária. A autora trata do problema das rádios comunitárias constituídas com falsas entidades comunitárias como fachada para promoção de políticos. Nessa linha, a instrumentalização seria *direta* que divulga o nome do candidato “dono” da rádio e seus objetivos abertamente. Outro tipo seria a instrumentalização *indireta*, em que a divulgação de ações anteriores realizadas pelo candidato é anunciada, como se fosse de maneira descompromissada e casual: teria um valor-notícia. Um terceiro tipo seria a instrumentalização *subliminar*. Como não é nosso objetivo aqui discutir a legitimidade de tal conceito, nos limitaremos a apresentar a idéia da autora, embora nós não tenhamos conseguido compreender o que quer dizer por *subliminar*, visto que define através de exemplos empíricos:

A mais significativa forma de instrumentalização das rádios, a subliminar, não se dá tanto por interesses econômicos e políticos-partidários. Ela ocorre, na



maior parte das vezes, por desconhecimento do papel das emissoras junto à comunidade. Em sua maioria, os locutores e produtores não têm noção do potencial aglutinador e mobilizador das rádios comunitárias (NUNES, 2006, p. 132).

Desta forma, seria como os locutores e produtores comunitários, sem sabê-lo, corroborassem com o discurso de determinado candidato. O que importa, para nossa discussão, é a oposição que se faz entre *participação* e *instrumentalização*. “O exercício da cidadania, por meio da participação da comunidade nas rádios, é hoje extremamente prejudicado pela instrumentalização comercial e pela política progressiva existente na maioria das emissoras denominadas comunitárias” (NUNES, 2006, p. 136). Para Nunes, a participação se caracteriza como resultado de uma “construção coletiva”, mas não especifica melhor as formas de construção, portanto, de participação. Em outro texto, sobre a efetiva participação dos membros da comunidade na elaboração de modo de comunicação comunitária, Nunes afirma que “cria-se, assim, um âmbito mais humano dentro do qual se recupera o sentido fundamental da comunicação: servir de vínculo ao intercâmbio de idéias e valores entre os membros da comunidade de que são parte” (NUNES, 2007, p. 114).

Com uma história marcada pela censura e pela ditadura, o Brasil, segundo Peruzzo (1998), passa por uma fase de abertura de espaço e convites de participação popular nas decisões, principalmente políticas. Porém, a falta de conscientização ainda tem dificultado a adesão e a real participação, levando à acomodação: “O autoritarismo é resultado histórico da formação econômica, social, política e cultural brasileira e, como produtos dessa dinâmica, estamos impregnados de alienação e de acomodação”. (PERUZZO, 1998, p. 75). A fim de rotular essa condescendência popular, Peruzzo tenta categorizar os níveis de participação. Ao *atuar passivamente*, o indivíduo delega o poder a outra pessoa, deixando-se submeter às decisões, no caso, autoritárias. A *participação controlada* é definida por Peruzzo como “uma forma favorecida e possível somente nos aspectos ou até o ponto em que as instâncias detentoras do poder permitirem” (PERUZZO, 1998, p. 79). Ou seja, “delegam-se parcelas do poder, descentraliza-se-o até certo ponto, mas mantêm-se intactas suas principais estruturas” (PERUZZO, 1998, p. 81). Esse tipo de participação controlada tem o problema de favorecer a participação nos limites permitidos pelas instâncias detentoras do poder. A forma controlada pode favorecer também uma *ação manipulada*, quando os gestores tentam “adequar suas demandas aos interesses de quem detém o



poder” (PERUZZO, 1998, p. 80). Aqui, estaria a *instrumentalização* proposta por Nunes (2006).

Por fim, Peruzzo propõe a *participação-poder*, na forma de *co-gestão* e *autogestão*, como possibilidades de participação compartilhada. A co-gestão “implica o acesso ao poder e à sua partilha, mas com limitações” (PERUZZO, 1998, p. 82), ou seja, há decisões que são delegadas aos participantes, mas algumas são centralizadas, portanto, há a existência de uma cúpula, logo, há hierarquia nas decisões. A autogestão refere-se à participação direta da população nas decisões, em que decidir “não é deixar as deliberações para as ‘pessoas competentes’, nem simplesmente, designar outros para tanto” (PERUZZO, 1998, p. 85). Contudo, a participação direta não quer dizer que a todo momento todos tenham que participar de qualquer decisão, o que tornaria lento o processo de decisão em grandes grupos, embora fosse viável para eles (PERUZZO, 1998, p. 87). “Ambas as formas de participação-poder – co-gestão e autogestão – implicam o exercício da decisão partilhada e requerem a existência de canais desobstruídos, informações abundantes, autonomia, co-responsabilidade e representatividade (PERUZZO, 1998, p. 87).

Apresentados os pressupostos da *participação* em seus riscos de *instrumentalização*, *controle*, *manipulação* e possibilidades de *construção coletiva*, *compartilhamento*, *colaboração* nos processos de decisão. Pretendemos mapear a produção de textos das edições produzidas até agora do *Jornal do Paraíso* em função da forma como é desenvolvida a gestão do jornal, como possibilidade de construir a definição de seu caráter como *jornalismo comunitário* impresso, visto que esse tipo de produto midiático não é uma concessão pública como é o caso das rádios comunitárias FM e TVs comunitárias via cabo.

3. A participação no *Jornal do Paraíso*

Ao discorrer sobre a participação em movimentos populares, Círcia Peruzzo (1998) percorre alguns modelos de *autogestão* que podem ou não contribuir para a efetiva colaboração destes atores. Num primeiro momento, o modo de gestão que mais se aproxima do *Jornal do Paraíso* é o que presume um equilíbrio entre os interesses comuns e os pessoais – o *mutualismo*.¹⁰ Juntos, estes anseios proporcionariam condições

¹⁰ “O mutualismo consiste na percepção da estrutura societária enquanto uma complexa teia de relações e interesses individuais e coletivos, cujo equilíbrio ela tem por obrigação assegurar. Ou seja, ela deve promover a estabilidade na oscilação entre as tendências federativas (associativas) e as pessoais



de sobrevivência do corpo social e de cada sujeito. Este modo de gerir contribuiria diretamente para a participação dos moradores e representantes das organizações do bairro no conselho editorial, mas, na prática, não é o que acontece.

Em princípio, no processo de mobilização para produção de notícias, mensalmente, no *Jornal do Paraíso*, percebemos no conselho editorial alguns comentários que se aproximam da postura de *passividade* e a *acomodação* (PERUZZO, 1998: 75 - 82), atribuída a pouca participação direta dos moradores. Nas sete edições lançadas,¹¹ o nível de atuação de pessoas que não tem relação direta (Conselho editorial) com veículo é mínimo se comparado ao material produzido direta ou indiretamente por membros do conselho editorial. Durante este período, foram publicados 75 textos, destes, apenas 8% foram produzidas por pessoas que não fazem parte do conselho editorial nem estão ligadas às organizações representadas naquele espaço. Até a edição de março de 2008, nenhuma matéria havia partido de iniciativa de pessoas que vivem no Jardim Paraíso sem vínculos com as organizações representadas no corpo editorial.

Com explicitamos na primeira parte, o conselho editorial do *Jornal do Paraíso* é formado por 11 representantes de diversas organizações sociais do bairro e um coordenador. Cada um é responsável pela veiculação de informações do seu setor, porém não é ele quem, necessariamente, produz este conteúdo. Cabe ao representante delegar a tarefa à outra pessoa. Em alguns setores esta fórmula prevalece, como na área da segurança e na dos serviços públicos. Cerca de 60% dos textos produzidos pela segurança vieram de pessoas indicadas pela representante do conselho. Já no serviço público, todas as matérias foram elaboradas por outros sujeitos. Porém, o fato não pode ser comemorado, pois 100% das matérias vindas deste segmento são produzidas pela mesma pessoa. Na área da segurança ocorre diversidade, há repetições de autores, mas há um número maior de pessoas envolvidas. Quando o assunto discutido pelo jornal refere-se à saúde, quem detém o poder da colaboração é a conselheira. Dos textos vindos desta área, 88,8% são produzidos pela representante no conselho editorial.

Apesar da assimetria de participação do representante no conselho em relação às demais pessoas da área da saúde no bairro, o número de material total produzido por membros do conselho editorial, quase se equipara ao de produções indicadas. Do total, são 26,6% internas e 32% produzidas a partir das designações dos representantes.

(egoístas), que juntas, propiciam as condições de sobrevivência do indivíduo e do corpo social". (PERUZZO, 1998, p. 95)

¹¹ Até março de 2008.



A área da educação é um dos setores que mais poderiam contribuir com o jornal. O bairro, com cerca de 20 mil habitantes, contabiliza três escolas municipais, uma estadual, dois CEIs (Centro de Educação Infantil), um Cerj (Centro de Educação e Recreação Infantil) e um Ceap (Centro de Apoio Pedagógico). No entanto, as matérias vindas deste meio e que não foram elaboradas pela representante no conselho, chegam a 16,6% do total de matérias indicadas.

O Jardim Paraíso tem duas associações de moradores, mas as informações veiculadas por estas organizações são ínfimas. Apenas 10% do material que vem do grupo gestor correspondem a textos vindos das associações e todos foram escritos pelo conselheiro. Portanto, não houve participação de outras pessoas que atuam nessas associações de moradores. A educação ambiental ocorre o mesmo: 10% de material vindo da representante do conselho. Não há registros de iniciativas exteriores, seja por indicação ou iniciativa dos moradores em nenhuma destas áreas.

O número de congregações religiosas do bairro se situa entre 15 e 20 instituições. Apesar da expressão numérica, durante as sete edições do jornal, as igrejas contribuíram com 9,3% de todo o material produzido por indicação e pelo conselho.

Em novembro de 2007 o *Jornal do Paraíso* e o *Curso de Jornalismo do Bom Jesus/Ielusc* realizaram duas oficinas, uma de fotografia e um de texto jornalístico para os moradores do bairro e interessados em contribuir com o jornal. Foram publicadas duas edições após as oficinas e a contribuição de quem participou resultou em 17,8% do material publicado naquelas páginas. A idéia inicial previa que fossem convidadas pessoas que não estivessem diretamente ligadas ao conselho editorial, para ampliar o número de participantes com produção textual. Os representantes de cada área apontaram dificuldades em motivar novos participantes, sendo que os próprios membros do conselho se mostraram interessados em participar. A ampliação se deu com estudantes das escolas locais, onde foram realizadas uma espécie de seleção a partir de redações produzidas como atividades de sala de aula.

Na primeira publicação do jornal, em julho de 2007, apenas o conselho editorial escreveu¹². As áreas da saúde, segurança, igrejas e associação de moradores, cada uma, elaborou 9% do material. A educação teve destaque – 18%. Nove meses depois, em março deste ano¹³, a situação é outra. Os textos elaborados pelo grupo são 38% de todo o material, enquanto as designações chegam a 30%. Mas nem todos os setores

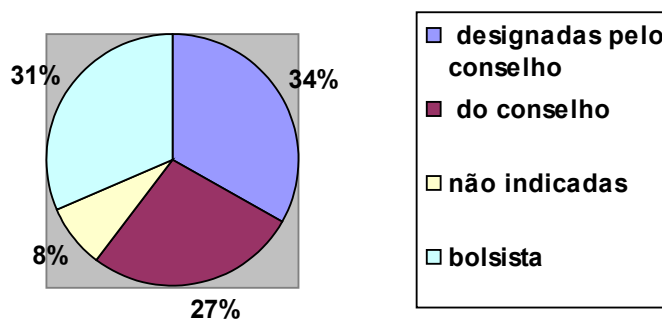
¹² Não contabilizamos a participação da bolsista.

¹³ Última edição, até a conclusão deste artigo.

contribuíram. A cooperação partiu da saúde (23%), educação (15,3%), segurança (7,6%), educação ambiental (7,6%), serviços públicos (7,6%) e dos participantes das oficinas (7,6%).

Tomaremos, agora, o total geral de textos produzidos (Gráfico 1), somando os textos produzidos por membros do conselho editorial, os textos produzidos por pessoas fora do conselho, mas designadas por eles e os textos redigidos pela bolsista do projeto de extensão. Nesse quadro, teremos 69,4% de material vindo das representações, direta ou indiretamente, e 30,6% de reportagens produzidas pela estudante de jornalismo, que atua como bolsista.

Gráfico 1. Percentual de publicação de matérias de cada esfera¹⁴



As reportagens produzidas pela bolsista se aproximam de um terço dos textos veiculados no *Jornal do Paraíso*, mas o processo de pauta de cada uma das matérias é realizado com o conselho, que indica o tema e os entrevistados, além do enfoque a ser desenvolvido. Mesmo assim, trata-se de um sujeito que opera suas escolhas dentro do processo de produção da notícia, negociando as pautas com o concreto das situações cotidianas pautadas. Portanto, há um envolvimento por completo do bolsista, que também atua na edição dos textos e no embate com os tensionamentos surgidos nesse processo de edição, quando são confrontados, na reunião de fechamento, os originais e os textos editados. É nesse momento em que o tipo de relação, de envolvimento com e de compreensão do processo político, social e cultural, que evidencia o tipo de perfil de jornalista que esta aprendendo junto com os participantes do projeto essa forma de fazer um jornalismo diferenciado, que aproxime mais leitores e produtores e se caracterize

¹⁴ Para fechar 100%, o gráfico arredonda os números.



como outra forma de representação social da realidade do bairro, distinta das operações elaboradas no espaço midiático tradicional.

4. Considerações finais

Ainda é cedo para conclusões, uma vez que o processo de desenvolvimento do *Jornal do Paraíso* sequer completou um ano de existência, mas é possível fazer algumas leituras a partir do tensionamento entre a proposição do jornalismo comunitário (PAIVA, 2003, 2007; CARNICEL, 2005), as formas de participação (PERUZZO, 1998; NUNES, 2006, 2007) e as dinâmicas de participação do *Jornal do Paraíso*. Não é possível identificar a *instrumentalização* do jornal por parte dos grupos que nele estão representados, pois há variedade na disputa de forças e o *conflito* é parte necessária no processo de construção coletiva. O fato de esses mesmos grupos constituírem o Conselho Comunitário do bairro demonstra que os vários atores e grupos sociais estão ali representados. No entanto, é possível perceber um *controle* ou *manipulação* da participação quando ela sai da esfera do conselho editorial e entra para os vários grupos sociais representados. Isso, porque o membro do conselho, sendo uma representação daquela determinada área, pode atuar como esse controle, ao ter o poder de designar quem escreve os textos (pautar participantes de sua área) ou mesmo manter para si o *poder de escrever* para o jornal. Esse processo não ocorre em todas as áreas, muitas delas revezam as pessoas que participam e procuram delegar mais a produção de textos.

É preciso ainda pensar em dinâmicas que possam identificar onde estão os canais obstruídos, possível falta de autonomia por parte dos representantes ou mesmo a escassez do sentido daquilo que pode ser notícia em cada área, com o intuito de gerar processos de co-responsabilidade na representatividade da participação no jornal. A realização de oficinas ampliou um pouco essa participação, principalmente na área da educação e igrejas, mas deixou a desejar no espaço de representação da área da saúde, do comércio e, principalmente, das associações de moradores, ponto por demais estratégico em termos de consolidação da participação comunitária na construção coletiva do *Jornal do Paraíso*.

Em termos de organizações ali representadas e como atuam no conselho editorial, esse espaço de interação e produção, pode se caracterizar como de *autogestão*, pois não há uma hierarquia nas decisões, mas jogos de força. Contudo, se pensarmos em



termos de conselho editorial e o conjunto dos moradores do bairro ou das representações ali postas, teremos um processo mais próximo da co-gestão, em que se demonstra uma hierarquia entre conselho editorial e comunidade do bairro Jardim Paraíso.

Por fim, nesses embates de ordem local, em que os jogos de força, as disputas, os conflitos se colocam numa perspectiva de co-gestionar um processo de comunicação comunitária impressa, de maneira autônoma em relação aos meios massivos, reabre novas perspectivas para se pensar o jornalismo, para mais que uma nova área de atuação profissional (PAIVA, 2003, p. 142). Trata-se, portanto, de retomar o papel político do jornalismo como agente social, fora da adequação ao mercado como perspectiva para os novos profissionais, aproximando-o novamente da lógica do *comunicador social*, sem perder sua identidade de jornalista, ao contrário, renovando-a.

Referências Bibliográficas

CARNICEL, Amarildo. O jornal comunitário e a educação não-formal: experiências e reflexões. In: FUSER, Bruno (org). **Comunicação Alternativa: Cenários e perspectivas**. Campinas: PUC -Campinas/ Centro de Memória da UNICAMP, 2005, p. 45-74.

GOMES, Pedro Gilberto. **O jornalismo alternativo no projeto popular**. São Paulo: Paulinas, 1990.

LACERDA, Juciano de Sousa. NOERNBERG, Priscila. Notícias do Paraíso: considerações sobre os três primeiros meses de um jornal comunitário. **Revista PJ:Br** (São Paulo), v. 9, p. 13 páginas, 2007a, disponível em <http://www.eca.usp.br/pjbr/arquivos/monografias9_e.htm>, acesso em 15 de mar. 2008.

LACERDA, Juciano de Sousa. ; NOERNBERG, Priscila. Jornal do Paraíso: quando o fazer provoca um pensar sobre o jornalismo. In: I Encontro PR e SC de Professores de Jornalismo, 2007, Guarapuava. **III Encontro de Professores de Jornalismo do PR e I Encontro PR/SC de professores de Jornalismo - Ensino de Jornalismo: profissionalização, mercado e avaliação de cursos**. Guarapuava : Unicentro, 2007b. v. 1. p. 27-27.

NUNES, Márcia Vidal. As rádios comunitárias nas campanhas eleitorais: exercício da cidadania ou instrumentalização (1998-2000)?. In: COGO, Denise; MAIA, João (orgs.). **Comunicação para a cidadania**. Rio de Janeiro: Editora UERJ, 2006, p. 127-139.



NUNES, Márcia Vidal. Rádios Comunitárias: Exercício da Cidadania na Estruturação dos Movimentos Sociais. In: PAIVA, Raquel (org). **O retorno da comunidade**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007, p. 95-118.

PAIVA, Raquel. Perspectiva comunicacional. In: O espírito comum: comunidade, mídia e globalismo. 2ª. Ed., Rio de Janeiro: Mauad, 2003, p. 135-168.

PAIVA, Raquel. Para reinterpretar a comunicação comunitária In: PAIVA, Raquel (org). **O retorno da comunidade**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007, p. 133-148.

PERUZZO, Cíclia M. K. **Comunicação nos movimentos populares: a participação na construção da cidadania**. Petrópolis: Editora Vozes, 1998.